

Pesquisa aplicada – reflexões sobre conceitos e abordagens metodológicas

Autores: Maria Tereza Leme Fleury e Sérgio Werlang

1. O conceito de pesquisa aplicada

No prefácio a sua obra: “The structure of scientific revolutions” (1970) Thomaz Kuhn comenta que resolveu o quebra-cabeça desse estudo quando passou um ano no Center for Advanced Studies in the Behavioral Sciences em Harvard, convivendo com cientistas sociais de diferentes áreas. Observando as discussões, controvérsias, sobre os referenciais teóricos, metodológicos, constatou as diferenças entre os cientistas ligados às ciências naturais (entre os quais fora treinado) e os cientistas sociais. Isto o ajudou a conceber a noção da pesquisa científica como paradigma: “realizações científicas, universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência”. Diferencia pesquisa científica de ciência normal, ou seja a pesquisa firmemente baseada em uma ou mais realizações passadas (paradigma); essas realizações são reconhecidas durante algum tempo pela comunidade científica específica, como que proporcionando os fundamentos para sua prática posterior.

Nas ciências sociais se mantém a distinção entre pesquisa científica e a pesquisa aplicada; não existe, entretanto, a aceitação de um paradigma único que dê fundamentação teórica e metodológica à realização de pesquisas por toda a comunidade de cientistas daquela especialidade, durante um certo tempo. Ou seja a pluralidade, a controvérsia, a convivência de múltiplos modelos teóricos e propostas metodológicas faz parte inerente ao campo.

Os objetivos de uma pesquisa podem ser diversos: criar uma visão geral de um determinado fenômeno ou de uma dada condição; gerar novas ideias; conhecer os fatos básicos que circundam uma situação. A pesquisa pode também classificar ou criar categorias, documentar um processo causal ou clarificar estágios de um processo. A primeira visão de pesquisa é chamada de exploratória, a segunda de descritiva. Mas há ainda um terceiro objetivo de pesquisa: testar teorias, reforçar ou refutar uma explicação, determinar qual, entre vários tipos, é a melhor explicação (Neuman, 2007). A depender dos objetivos e estágio da pesquisa escolhem-se as abordagens e, sequencialmente, métodos qualitativos ou quantitativos.

A pesquisa social básica, ou pesquisa científica, não trata apenas de resenhas bibliográficas ou elucubrações genéricas. Ela visa produzir conhecimento por meio de conceitos, tipologias, verificação de hipóteses e elaboração de teorias que possuam relevância na disciplina acadêmica ancoradas de determinadas escolas de pensamento. No caso da Sociologia, segundo Thiollent, esta não dispensa a pesquisa empírica; a observação de uma situação é utilizada como meio de comprovar proposições ou hipóteses, sem preocupação de resolução de problemas. Seus resultados são generalizáveis e expostos em livros e revistas e submetido à avaliação dos pares.

A pesquisa aplicada concentra-se em torno dos problemas presentes nas atividades das instituições, organizações, grupos ou atores sociais. Está empenhada na elaboração de diagnósticos, identificação de problemas e busca de soluções. Respondem a uma demanda formulada por “clientes, atores sociais ou instituições”. (Thiollent, 2009, p.36) .

A distinção entre pesquisa científica e pesquisa aplicada é encontrada entre autores de diferentes disciplinas (Cooper & Schindler, 2003). Não são entretanto mutuamente exclusivas, pois a ciência objetiva tanto o conhecimento em si mesmo quanto as contribuições práticas decorrentes desse conhecimento. Uma pesquisa sobre problemas práticos pode conduzir à descoberta de princípios científicos. Da mesma forma, uma pesquisa pura pode fornecer conhecimentos passíveis de aplicação prática imediata.” (Gil, 1987, pg.18). Esta definição de pesquisa aplicada vai de encontro com a do Manual Frascati da OECD (2002) , como investigação que objetiva a aquisição de novos conhecimentos , com objetivos práticos.

Uma outra questão a ser colocada na definição de pesquisa aplicada diz respeito a sua capacidade de gerar impacto. Assim, a pesquisa aplicada pode ser definida como atividades em que conhecimentos previamente adquiridos são utilizados para coletar , selecionar e processar fatos e dados , afim de se obter e confirmar resultados, e se gerar impacto.

A pesquisa enquanto atividade de excelência deve ser capaz de atingir consumidores ou “compradores” públicos e privados e, para isso, precisa estar comprometida com a inovação e produção de conhecimento a partir do contexto de sua aplicação, de forma transdisciplinar, heterogênea e de diversidade organizacional, baseando-se em protocolos de *accountability* e reflexividade, onde o pesquisador é responsável pelas implicações, as mais diversas possíveis, dos resultados de seu trabalho (Schwarzman, 2002).

Em suma, alguns pontos parecem ser consenso entre os pesquisadores:

- A pesquisa aplicada e a pesquisa científica estão imbricadas em quadros de referência comuns e uma pode alimentar a outra;
- A pesquisa aplicada pode atender a múltiplos stakeholders e deve ser divulgada na comunidade;
- A pesquisa aplicada requer rigor (na definição do problema, desenho, metodologia adotada , possibilidade de ser refutável , análise dos resultados) e relevância (impactos e externalidades) ; a dimensão ética lhe é fundamental;
- A pesquisa aplicada pode se valer de diferentes procedimentos metodológicos;
- A geração de impacto da pesquisa aplicada vai além da dimensão acadêmica de divulgação do conhecimento científico e por isso deve ser veiculada de forma estratégica e no formato mais adequado para atender os objetivos de qualificar

o debate público e/ou influenciar os atores responsáveis pelo processo de tomada de decisão.

2. O desenho da pesquisa e os procedimentos metodológicos

O debate sobre a escolha metodológica entre pesquisa qualitativa ou quantitativa, como se houvesse uma oposição entre esses modelos, já foi superado. Pesquisa sobre fatos sociais, como indica a própria noção de social, é múltipla, uma vez que fenômenos sociais pedem diferentes abordagens e estratégias. De outra forma não poderia se chamar ciência e sim dogma.

Discussões mais recentes em metodologia de pesquisa trazem, em conjunto, diferentes estratégias: experimentos, *quasi*-experimentos, entrevistas, grupos focais, etnografia, pesquisa-ação e levantamentos, que podem ser tratados a partir dos princípios da estatística diferencial, análise multivariada de dados, modelagem de equação estrutural ou metanálise (ver, por exemplo, Robson, 2002; Breakwell, Hammond, Fife-Schaw, Smith, 2006; Outhwaite, Turner, 2007; Neuman, 2007). É necessário inserir a pesquisa e seus procedimentos no contexto em que ela se desenvolve.

No desenho de pesquisa, o pesquisador pode optar por usar dados secundários ou primários, ou a combinação dos dois. O seu tratamento pode ser realizado através de diferentes abordagens metodológicas. A questão fundamental é o rigor e a relevância do projeto, que devem ser pautados por protocolos de pesquisa já desenvolvidos no âmbito da metodologia adotada.

A seguir são descritas algumas das abordagens metodológicas que podem ser adotadas em pesquisa aplicada na FGV.

Entre os métodos quantitativos, o primeiro nível de comprovação, usado principalmente na Economia, mas também nas Ciências Sociais e Administração e bastante disseminado, corresponde aos métodos estatísticos em geral. Métodos econométricos foram desenvolvidos pois há muitos episódios históricos ou situações que são ou foram bem documentadas, mas que não podem ser replicadas.

O segundo corresponde às avaliações de impacto. O objetivo é medir o impacto de uma determinada política na população, ou numa subpopulação específica. Neste caso há um grande número de técnicas que podem ser utilizadas. A mais conhecida e robusta é o método de separar dois grupos de pessoas de forma aleatória para fazer o tratamento (isto é, aplicar a política a ser testada) e o controle (isto é, o grupo que não será afetado pela política). Também é conhecido como “experimento (ou pesquisa) de campo”. Neste caso, o método é facilmente replicável em outros grupos. Utilizam-se técnicas de estatística, tipicamente não paramétricas. Ocorre que muitas vezes, por motivos diversos, inclusive éticos, é difícil determinar que uma pessoa não vai participar do experimento. Assim, em

muitas ocasiões pode ser impossível escolher um grupo de controle aleatoriamente. Aqui nota-se a necessidade de avaliação ética do procedimento empírico. (Ifcher e Zarghamee.) O que se faz caso haja empecilhos à randomização? Como as políticas econômicas/sociais que são objetos da avaliação de impacto não são normalmente extensivas à totalidade da sociedade, o que se faz é identificar um “grupo de controle” artificial dentre as pessoas que não foram atingidas pela política a ser testada. Para tanto, entram em pauta novamente métodos econométricos.

O terceiro método consiste em pesquisas de opinião ou survey. Estes podem ser exploratórios, quando se quer conhecer melhor o fenômeno e ganhar insights a respeito. O survey pode ser classificado como confirmatório, quando o objetivo é testar uma teoria e é possível elaborar hipóteses a respeito do fenômeno. Pode ser ainda descritivo quando objetiva compreender o fenômeno e descreve a sua distribuição em uma determinada população. (Forza 2002.) Necessitam de técnicas estatísticas de amostragem e de especialistas para a elaboração dos instrumentos de coleta de dados (Ghauri 2010).

O quarto método quantitativo, é o de experimentos com seres humanos em laboratório. Estas técnicas foram consagradas cientificamente com os prêmios Nobel em economia de Vernon Smith e Alvin Roth. Estes experimentos são muito úteis em leilões, em testes de teorias alternativas de atitudes frente ao risco, em testes de escolha individual, de comportamento de mercados, em marketing, em psicologia, em ciência política, em testes de impacto de aplicação de regras para determinados grupos e mais recentemente em economia comportamental. Seu uso tem sido disseminado em várias áreas de ciências sociais. Para garantir a replicabilidade destes testes de laboratório, é necessário se ter protocolos de pesquisa aceito pela área de conhecimento.

Um quinto método de pesquisa aplicada é baseado em experimentos naturais. Consiste na análise de um episódio histórico determinado, com técnicas que são compatíveis com (ou mesmo utilizando-se também de) as quatro anteriores, que são de caráter quantitativo. Este método pode ou não ser quantitativo. Dois são os pontos em questão. Primeiro, há a necessidade de elaboração diligente e cuidadosa de um banco de dados e fatos. Este banco de dados tem que ser “replicável”, e os historiadores têm grande contribuição a dar nas técnicas de recuperação e conservação destes dados e fatos. Segundo, narra-se o episódio com base em alguma teoria de escolha que não tenha sido falsificada pelos procedimentos um a quatro. Por exemplo, em história, a metodologia conhecida como “narrativa analítica” pressupõe a maximização individual da utilidade. Foi essencialmente a metodologia utilizada por Douglass North, prêmio Nobel de economia, que, com base em fatos históricos específicos ilustra a importância das instituições. Em economia esta técnica é conhecida como experimento natural. Observe-se que este método pode ser combinado também com técnicas econométricas e mesmo micro econométricas.

Um outro método é estudo de caso, bastante utilizado nas Ciências Sociais e Administração. O estudo de caso é geralmente associado à pesquisa descritiva ou exploratória, mas não é restrita a essas áreas podendo ser usado para teste de uma teoria (Yin 1994) ou construção de teoria (Eisenhardt 1989). Sua principal característica é a intensidade do estudo do objeto, indivíduo, grupo, organização, incidente ou situação. Pode envolver um único ou múltiplos casos

combinando diversas técnicas para coleta de dados, como análise documental, entrevistas, questionários, observações. As evidências podem ser qualitativas e quantitativas. Por exemplo, é comum coletar os dados via entrevistas ou observações, coleta qualitativa, e codificar esses dados de forma que seja possível fazer análises estatísticas sobre as informações. Um outro exemplo, é a utilização Qualitative Comparative Analysis (QCA) em que se utiliza álgebra booleana para analisar dados qualitativos. Ou seja, é possível quantificar dados qualitativos. O desenho do estudo de caso, sua lógica de replicação, validade foram já discutidos e apresentados por autores como Yin,(1984), Eisenhardt (1989, 1994).

Na área do direito, que cada vez mais vem utilizando os métodos descritos acima, a pesquisa utiliza parâmetros jurídicos para, com o auxílio da lógica e da teoria da linguagem detectar problemas socialmente relevantes, compreender a dimensão fática que estrutura esses problemas, inclusive históricas, e, no caso de pesquisas prescritivas, propor soluções jurídicas e institucionais, consistentes, inovadoras, que atendam critérios de equidade e eficiência à comunidade e aos tomadores de decisão. Nesse sentido é possível perceber que a pesquisa no direito pode ser descritiva ou prescritiva e que, como bem público, deverá ser realizada por um conjunto de pesquisadores que não possuem interesse profissional direto na obtenção de determinados resultados e que são capazes de demonstrar alto rigor analítico (na interpretação normativa e produção conceitual).